

Relatório de Operação: Evento "PE Meu País" – Ilha de Itamaracá – Polícia Civil de Pernambuco

Os últimos dois dias no evento "PE Meu País" não foram apenas desafiadores; foram um teste à resiliência e à dignidade do nosso efetivo da Polícia Civil. O que vivenciamos não pode ser categorizado como uma simples dificuldade operacional, mas sim como uma exposição alarmante à completa falta de estrutura e ao descaso com o trabalho de quem zela pela lei e pela ordem, mesmo em meio à festa.

É preciso reconhecer que a iniciativa da delegacia móvel, com o ônibus da polícia presente, é um esforço bem-intencionado e gera, sim, uma sensação de segurança para a população que transita pelo local. Contudo, a realidade de sua aplicabilidade é restrita: ela se mostra minimamente funcional para o registro de Boletins de Ocorrência, que são numerosos em eventos como este, e, no máximo, para a lavratura de Termos Circunstaciados de Ocorrência. Para a complexidade e a urgência dos flagrantes, a estrutura provisória é, lamentavelmente, uma afronta aos princípios mínimos de um ambiente de trabalho policial.

Desde o primeiro dia, manifestamos nossas preocupações e solicitamos que, ao menos, a Delegacia de Itamaracá fosse disponibilizada para a realização dos procedimentos policiais mais complexos, permitindo que a delegacia móvel atuasse como um ponto de apoio essencial para o acolhimento da população e o registro de Boletins de Ocorrência. Esta sugestão, visando otimizar os recursos existentes e garantir condições mínimas de trabalho, não foi acatada, e as consequências foram severas.

A magnitude do desafio é ainda mais sublinhada pelo público presente: o evento já esperava uma marca de cerca de 150 mil pessoas por noites. Para atender a uma demanda tão vasta, a situação na primeira noite foi ainda mais caótica. Além da flagrante ausência de espaço e estrutura física, fomos severamente prejudicados pela instabilidade da conexão VPN. Isso não é um mero inconveniente; foi um gargalo que paralisou nosso trabalho. Um flagrante iniciado por volta das 20h00 só pôde ser concluído às 5h00 da manhã, e não no local. Fomos forçados a deslocar toda a equipe e o procedimento para o prédio da Delegacia em Paulista (mais de 30km de distância) para conseguir finalizá-lo e protocolá-lo no PJE. Uma situação desnecessária e desgastante, causada pela deficiência técnica.

Ainda na primeira noite, enfrentamos o problema mais básico e humano: tínhamos três detidos – um adolescente, uma mulher e um homem adulto – e simplesmente não havia um local seguro e minimamente digno para acomodá-los. A mulher detida, em particular, passou a noite inteira no ônibus da delegacia móvel, exposta ao ambiente de trabalho da equipe, testemunhando e ouvindo cada detalhe da atuação policial, até que pudesse ser levada para a Delegacia quase ao amanhecer. Uma situação que, além de constrangedora, beira a desumanidade e expõe a falta de planejamento para contingências tão básicas.

No segundo dia, felizmente, a internet e a conexão VPN se mostraram estáveis. Contudo, os problemas estruturais e de espaço persistiram inalterados. Recebemos, ao mesmo tempo, três presos encaminhados pela Polícia Militar e, mais uma vez, nos vimos sem condições de colocá-los no que chamam de "xadrez" — se é que se pode utilizar esse termo para descrever aquela estrutura. Conforme as imagens anexas certamente ilustram, a unidade de contenção montada é uma "gaiola" escura, sem telhado e amarrada com arames. Uma condição que, além de não oferecer segurança alguma contra fugas, configura uma clara violação de direitos humanos,

colocando em risco não só a dignidade do detido, mas também a integridade jurídica da nossa atuação.



Esta precariedade estrutural, somada à escassez de efetivo, tem um preço altíssimo: nossos policiais são compelidos a jornadas exaustivas, estendendo-se madrugada adentro, até às 5 horas da manhã, para concluir procedimentos de flagrante. É um esforço sobre-humano, que ceifa a saúde e a capacidade de resposta dos nossos agentes, comprometendo não apenas o bem-estar individual, mas a eficácia da própria instituição. E não podemos esquecer o significativo tempo de deslocamento até o local do evento, que é distante e contribui ainda mais para a exaustão da equipe, transformando cada jornada em um verdadeiro desafio físico e mental.

A situação é agravada pela notória dificuldade na articulação com outras forças. A alegação constante da Polícia Militar sobre a falta de viaturas para condução de presos nos coloca em um dilema inaceitável. Nos dois dias consecutivos, fomos forçados a realizar o transporte de detidos para a Delegacia de Paulista apenas ao amanhecer, para evitar um desfalque ainda maior do nosso já reduzido efetivo durante

a festa. Isso não é colaboração; é uma transferência de ônus que penaliza quem já está sobrecarregado.

E como se não bastasse o esgotamento físico e mental, somos confrontados com a disparidade salarial. **A remuneração por diária, no valor irrisório de R\$180,00 por um turno de trabalho que se estende por mais de 11 horas ininterruptas, é um insulto à dedicação e ao sacrifício dos nossos profissionais. Não se trata apenas de uma questão financeira, mas de reconhecimento e justiça. Julgo que seria minimamente justo que o trabalho realizado nessas condições extremas fosse recompensado com, no mínimo, duas diárias por cada dia de serviço.**

Diante de tal quadro, a decisão para o dia de hoje é clara e irrevogável: **não realizaremos flagrantes enquanto não houver um mínimo de condições dignas de trabalho.** Sei que esta postura pode gerar um atrito considerável e um "mal-estar" entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. No entanto, a situação chegou a um ponto de insustentabilidade que exige uma tomada de posição firme e inequívoca. Não podemos mais comprometer a integridade física e moral do nosso efetivo, nem validar estruturas que ferem a dignidade humana. A própria "gaiola" improvisada, além de não impedir a fuga, pode configurar uma violação de direitos humanos grave, algo que nossa instituição não pode e não deve compactuar.

Outro grave problema identificado, é a falta de celulares funcionais para a Polícia Militar confeccionar os boletins de ocorrências. Notamos que os agentes militares efetuam a captura de uma pessoa, conduzem até a delegacia móvel mas precisam entrar em contato com outras guarnições para conseguirem um aparelho celular funcional para fazer o BO e ainda precisam revezar entre equipes. Isso leva horas de espera também da parte da polícia civil que precisa esperar por todo esse desenrolar para dar prosseguimento nos sistemas informatizados.

Estão sendo 11 horas de trabalho ininterruptas, sem a mínima condição de descanso ou de higiene. Nem mesmo o acesso a um banheiro adequado nos é garantido, uma vez que os sanitários químicos disponíveis são de uso comum da população e dos próprios custodiados, oferecendo condições sanitárias que são, no mínimo, questionáveis.

Para a data de hoje, é imperativo que se reconheça a urgência desta situação. Exigimos condições de trabalho que honrem a complexidade e a importância da nossa missão, garantindo a segurança não apenas da população, mas também daqueles que a protegem. **Queremos respeito, reconhecimento e condições mínimas de trabalho.**

Paulista/PE, 01º de fevereiro de 2026.

Sara Souza Lodi
Delegada de Polícia Civil